
Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho Curador
Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI (a "Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Entidade, por não ter fins lucrativos, recebe parte substancial de suas receitas na forma de contribuições, doações e participações em convênios. Em decorrência dessas receitas serem espontâneas, só podem ser identificadas quando registradas contabilmente, após o seu recebimento. Por essa razão, os procedimentos de auditoria das receitas ficaram restritos, exclusivamente, aos valores constantes dos registros contábeis.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva" acima, os procedimentos de auditoria das receitas foram restritos, exclusivamente, aos valores constantes dos registros contábeis. Portanto, não foi possível concluir se as outras informações apresentam distorção relevante, ou não, com relação à esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2017


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ


Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro Em reais

Ativo	2016	2015
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	983.166	340.680
Títulos e valores mobiliários (Nota 3)	0	1.195.307
Demais ativos circulantes (Nota 4)	24.957	22.854
	<u>1.008.123</u>	<u>1.558.841</u>
Não circulante		
Imobilizado (Nota 5)	26.081	20.520
Total do ativo	<u>1.034.204</u>	<u>1.579.361</u>
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Obrigações sociais (Nota 6)	142.079	130.835
Recursos de convênios (Nota 7)	44	2.820
Demais passivos circulantes (Nota 8)	6.966	20.571
	<u>149.089</u>	<u>154.226</u>
Patrimônio líquido (Nota 9)		
Fundo patrimonial	870.809	870.809
Superávit acumulado	14.306	554.326
	<u>885.115</u>	<u>1.425.135</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.034.204</u>	<u>1.579.361</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI

Demonstrações do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Em reais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas Operacionais		
Sem Restrição		
Contribuições, doações e participações em convênios (Nota 11)	1.412.590	1.087.108
Receitas financeiras (Nota 12)	144.150	222.524
Demais receitas	5.130	2.951
Gratuidades (Nota 13)	<u>1.086.940</u>	<u>582.890</u>
	<u>2.648.810</u>	<u>1.895.473</u>
Despesas operacionais		
Projetos	360.030	102.710
Prestação de serviços	86.300	80.514
Aluguel e encargos da locação	134.060	202.320
Pessoal	1.134.450	1.083.010
Trabalho voluntário (recebido em gratuidade) (Nota 13)	1.086.940	582.890
Depreciação	6.370	3.376
Viagens	50.830	35.351
Telefonia	4.180	6.630
Financeiras	4.010	3.380
Comunicação e Publicações	125.530	13.000
Despesas Eventos Cebri	95.940	77.603
Assistência contábil	18.870	17.940
Outras	<u>81.320</u>	<u>35.988</u>
	<u>3.188.830</u>	<u>2.244.712</u>
Déficit do exercício	<u>(540.020)</u>	<u>(349.239)</u>

Como a Entidade não possui nenhum outro resultado abrangente além dos déficits do exercício, não está sendo divulgada a referida demonstração.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Centro Brasileiro de Relações
Internacionais - CEBRI**

**Demonstrações das mutações do
patrimônio líquido em 31 de dezembro**
Em reais

	<u>Fundo patrimonial</u>	<u>Superávit acumulado</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2014	870.809	903.565	1.774.374
Déficit do exercício		<u>(349.239)</u>	<u>(349.239)</u>
Em 31 de dezembro de 2015	870.809	554.326	1.425.135
Déficit do exercício		<u>(540.020)</u>	<u>(540.020)</u>
Em 31 de dezembro de 2016	<u>870.809</u>	<u>14.306</u>	<u>885.115</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI

Demonstrações dos fluxos de caixas
Exercício findo em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(540.020)	(349.239)
<u>Ajustes ao déficit do exercício</u>		
Depreciação	6.370	3.376
<u>Variações nos ativos e passivos</u>		
Títulos e valores mobiliários	1.195.307	(146.194)
Demais ativos circulantes	(2.104)	1.937
Recursos de convênios	(2.776)	2.815
Obrigações sociais	11.244	(12.790)
Demais passivos circulantes	(13.605)	4.822
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	654.416	(495.273)
<u>Fluxo de caixa das atividades de investimento</u>		
Pagamento pela compra do ativo imobilizado	(11.930)	(7.714)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(11.930)	(7.714)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(642.486)	(502.987)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	340.680	843.665
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	983.166	340.680
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	642.486	(502.985)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em reais, exceto quando indicado

1 Informações gerais

O Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI (a "Entidade" ou o "CEBRI"), constituído em 22 de junho de 1998 e com prazo indeterminado de duração, é uma pessoa jurídica de direito privado, sob forma de associação civil sem fins lucrativos e com o objetivo de incentivar a realização de atividades que contribuam para o desenvolvimento do País e de sua maior inserção na comunidade internacional, desenvolvendo estudo das relações internacionais do Brasil, a curto, médio e longo prazos, em caráter multidisciplinar, promovendo o intercâmbio cultural e educacional mediante implementação de convênios ou outras formas de cooperação com Entidades públicas ou privadas, universidades e centros de pesquisa voltados para a área das relações internacionais, brasileiros ou estrangeiros, realizando eventos que estimulem o acesso e/ou a divulgação dos bens culturais produzidos ou criados no País ou no exterior. De acordo com o seu estatuto social, existem as seguintes categorias de associados: fundadores, beneméritos, mantenedores, colaboradores e diplomático.

A Entidade possui sede no Rio de Janeiro e é uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), independente, multidisciplinar e apartidária, formada com o objetivo de promover estudos e debates sobre temas prioritários da política externa brasileira e das relações internacionais em geral.

Os associados não participam do patrimônio social e não serão distribuídos dividendos, lucros de qualquer espécie, bonificações sob nenhuma forma ou pretexto e não será alienada qualquer parcela do patrimônio social, a título de lucro ou participação nos resultados a seus administradores eleitos, conselheiros, mantenedores ou associados.

O patrimônio social do CEBRI é formado por contribuições de seus associados, doações ou legado destes ou de terceiros, dotações de poderes públicos federal, estaduais e municipais, juros e rendas de bens ou valores mobiliários ou imobiliários que possua ou venha a possuir e por outras receitas. Os seus recursos são principalmente aplicados no País, ou em projetos de seu interesse, na consecução e no desenvolvimento do objetivo social.

Em caso de dissolução, os bens do CEBRI reverterão em favor de outra sociedade congênere, de finalidade idêntica, escolhida pelo Conselho Curador e aprovada por assembleia geral.

Por ser uma associação sem fins lucrativos, as suas receitas estão isentas de quaisquer contribuições e o superávit apurado, quando aplicável, está isento da contribuição social e do imposto de renda da pessoa jurídica.

No entendimento da administração e de seus consultores jurídicos, o CEBRI vem cumprindo todos os dispositivos da legislação aplicável a Entidades sem fins lucrativos.

Após um ano à frente da Presidência do Conselho Curador do CEBRI, em novembro de 2016, o Conselheiro Rafael Tiago Juk Benke desligou-se do cargo. Para cumprimento do mandato vigente, com término em 25 de maio de 2017, o Conselho Curador indicou o Conselheiro José Pio Borges de Castro Filho, que foi eleito Presidente do Conselho Curador na Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 03 de novembro de 2016. No âmbito da Secretaria Executiva, Julia Dias Leite, Diretora Executiva, foi mantida na mesma função.

Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em reais, exceto quando indicado

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1 Base de preparação e apresentação (Conforme a Resolução CFC nº 1409/12)

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Secretaria Executiva em 31 de janeiro de 2017. Tais demonstrações financeiras serão submetidas ao exame e à aprovação do Conselho Curador e da Assembleia Geral.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com a Resolução CFC nº 1409/12, que aprovou a ITG 2002 – "Entidades sem finalidade de lucros" ("ITG 2002 (R1)") combinada com a NBC TG1000 ("CPC PME – "Contabilidade para pequenas e médias empresas"). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. A área da demonstração financeira que requer maior nível de julgamento e possui maior complexidade refere-se à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado (nota 2.9).

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade e, também, a sua moeda de apresentação.

Com o objetivo de aprimorar a apresentação das demonstrações financeiras, a Entidade reviu e procedeu a reclassificação entre algumas rubricas de despesas operacionais.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa mantidos como instrumentos financeiros estão demonstrados ao custo amortizado menos provisão para perda, quando aplicável.

2.3 Títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras são contabilizadas pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. No final de cada período de divulgação, a Entidade avalia a existência de evidências objetivas quanto ao valor recuperável dos ativos financeiros. Se houver, a Entidade reconhece, imediatamente, uma redução no valor recuperável no resultado.

2.4 Imobilizado

Compreende os ativos utilizados na operação da Entidade. O ativo imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição deduzido da depreciação calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota 5, que levam em consideração a estimativa de vida útil-econômica dos bens, e de qualquer perda não recuperável.

Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em reais, exceto quando indicado

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido.

2.5 Demais ativos

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos auferidos.

2.6 Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais exista fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

2.7 Provisões e demais passivos circulantes

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos.

2.8 Apuração do superávit (déficit)

As receitas de contribuições e doações são reconhecidas quando do seu recebimento.

Os rendimentos das aplicações financeiras, dos títulos e valores mobiliários, as demais receitas auferidas e as despesas incorridas são reconhecidas em regime de competência.

Os bens e valores recebidos em decorrência de convênios são registrados no ativo circulante (caixa e equivalentes de caixa ou demais ativos circulantes, conforme o caso) em contrapartida à conta recursos de convênios. Na aplicação dos recursos, também são utilizadas as mencionadas contas. Ao final do convênio, se não houver exigência de recursos adicionais ou de devolução, o resultado é registrado em contas de receitas/despesas ou, no caso de bens, no Imobilizado.

Conforme requerido pela ITG 2002 (R1), o valor atribuído ao trabalho voluntário recebido pela Entidade foi contabilizado como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro e uma doação respectivamente (despesa e receita no mesmo montante). As gratuidades recebidas no exercício foram contabilizadas como receitas de doações em contrapartida a despesas correspondentes, nos mesmos montantes. Na mensuração destes serviços, foi utilizado o valor justo percebido (nota 13).

Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em reais, exceto quando indicado

2.9 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Entidade incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

A Entidade faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

3 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa	2.872	2.849
Bancos (i)	174.808	81.312
Aplicações financeiras de liquidez imediata (ii)	805.486	256.519
Títulos e valores mobiliários (iii)	-	1.195.307
	<u>983.166</u>	<u>1.535.987</u>

(i) Referem-se a valores mantidos em conta corrente com a única finalidade de aplicação nos projetos em desenvolvimento pela Entidade e manutenção das atividades do CEBRI.

(ii) Representados por aplicações compromissadas e títulos públicos. São indexados à variação da Selic e têm liquidez imediata.

(iii) Representados por aplicações financeiras em notas do Tesouro Nacional – Série B e fundo Trust DI

4 Demais Ativos circulantes

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Adiantamento de Despesas	1.730	1.731
Valores a Receber	6.610	4.758
Título de Capitalização (i)	16.620	16.365
	<u>24.957</u>	<u>22.854</u>

**Centro Brasileiro de Relações
Internacionais - CEBRI**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em reais, exceto quando indicado

- (i) Refere-se a Título de Capitalização da Sul América adquirido com a finalidade de servir de caução para o contrato de aluguel da sede administrativa do CEBRI.

5 Imobilizado

	Edificações Benfeitorias	Equipamentos E instalações	Móveis e Utensílios	Outros	Imobilizado Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015					
Custo total	422.651	201.399	160.032	45.553	829.635
Depreciação Acumulada	(422.651)	(198.702)	(160.032)	(27.730)	(809.115)
Valor residual		2.697		17.823	20.520
Saldos em 31 de dezembro de 2016					
Custo total	422.651	207.410	160.032	51.472	841.565
Depreciação Acumulada	(422.651)	(201.709)	(160.032)	(31.092)	(815.484)
Valor residual		5.701		20.380	26.081
Taxas anuais de depreciação - %	20	10	10	10	

6 Obrigações sociais

Obrigações sociais registram, principalmente, encargos incidentes sobre a folha de pagamento e férias dos funcionários.

	2016	2015
Salários a pagar	47.581	45.190
Contribuições sociais a recolher	44.611	39.140
Provisão de férias e 13º salário	49.887	46.505
	142.079	130.835

Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em reais, exceto quando indicado

7 Recursos de convênios

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Konrad Adenauer (a)	44	2.820
	<u>44</u>	<u>2.820</u>

Convênio vigente

(a) Fundação Konrad Adenauer

O convênio firmado entre o CEBRI e a Fundação Konrad Adenauer no escopo do projeto "Dez problemas de política externa brasileira: Prioridades estratégicas para 2018" teve por objetivo realizar uma reflexão estratégica sobre desafios e perspectivas de política externa brasileira, com o propósito de identificar de maneira clara, prática e com linguagem direta para um público leigo a agenda de dilemas diplomáticos que a classe política e a sociedade civil terão de dirimir como precondição para a construção de um novo consenso nacional sobre a atuação externa do país.

O projeto teve duração de 1 ano (12 meses) e resultou nos seguintes produtos: 10 artigos, duas mesas-redondas, sendo uma na cidade de São Paulo e outra no Rio de Janeiro, além de um seminário no Rio de Janeiro. Os artigos produzidos foram compilados em uma única publicação que contou com a edição executiva do renomado professor Matias Spektor. O documento final está disponível em versão impressa ou digital no website do CEBRI: www.cebri.org.

8 Demais passivos circulantes

Registram contas a pagar com fornecedores diversos. Vale dizer que desde 2016 a Entidade passou a ser isenta do pagamento do aluguel.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Aluguéis a pagar	-	6.520
Honorários contábeis a pagar	2.693	2.660
Fornecedores	<u>4.273</u>	<u>11.391</u>
	<u>6.966</u>	<u>20.571</u>

Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em reais, exceto quando indicado

9 Patrimônio líquido

(a) Fundo Patrimonial

O Fundo Patrimonial, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é de R\$ 870.809.

(b) Superávit/Déficit

O superávit/déficit é transferido para o fundo patrimonial mediante a aprovação do Conselho Curador. O déficit do ano foi de R\$ 540.020 (R\$ 349.239 em 2015).

10 Aspectos relacionados a impostos e contribuições

(a) Imposto de renda e contribuição social

O CEBRI tem isenção do imposto de renda e contribuição social sobre o superávit em conformidade com o artigo 15 da Lei 9.532/97.

(b) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O CEBRI, conforme determina a legislação em vigor, está sujeito à apuração do PIS com base na folha de salários à alíquota de 1%.

O CEBRI é isento da contribuição para o COFINS, pois conforme a Legislação em vigor, a incidência deste tributo não se aplica às receitas oriundas das atividades estatutárias.

(c) Contribuição previdenciária ao INSS - quota patronal

O CEBRI, conforme determina a legislação em vigor, está sujeito ao recolhimento de contribuição previdenciária ao INSS - quota patronal.

11 Contribuições, doações e participações em convênios

Nos termos do estatuto social, as doações são recebidas por meio de depósitos identificados em conta corrente bancária exclusiva no Banco Itaú S.A. em nome da Entidade. Os doadores são pessoas físicas e Entidades jurídicas identificadas e legalmente constituídas no Brasil e no exterior, para as quais são emitidos recibos de doação conforme previsto pela legislação vigente. Não são aceitas doações em dinheiro e/ou numerário de outra forma. A seguir, a constituição das doações recebidas.

Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em reais, exceto quando indicado

Montante das doações	2016	2015
Pessoa física	86.941	48.125
Pessoa jurídica	<u>1.325.649</u>	<u>1.038.983</u>
Total	<u>1.412.590</u>	<u>1.087.108</u>
Origem das doações		
Nacionais	1.014.794	924.225
Internacionais	<u>397.796</u>	<u>162.883</u>
Total	<u>1.412.590</u>	<u>1.087.108</u>

12 Receitas financeiras

Referem-se a rendimentos de aplicações em CDI e fundos de investimentos, esses últimos, resgatados em sua totalidade no ano de 2016. Os rendimentos totalizaram em 2016 R\$ 144.150 (R\$ 222.524 em 2015).

13 Gratuidades recebidas e trabalho voluntário

Conforme determinado pela ITG 2002 (R1), para efeito de cumprimento à resolução aplicável a Entidades sem finalidade de lucros, o CEBRI identificou e mensurou todo o valor de gratuidade e trabalho voluntário por ele recebido durante os exercícios de 2016 e de 2015.

Os valores de gratuidade e trabalho voluntário foram reconhecidos com base em valores de mercado correspondentes a cada um dos serviços recebidos e estão assim sumarizados:

	2016	2015
Trabalho voluntário (i)	677.182	271.353
Remuneração dos conselheiros (i)	186.720	199.168
Serviços de auditoria (ii)	86.000	77.469
Serviços de advocacia(iii)	64.968	34.900
Isenção do Aluguel (iv)	72.070	
	<u>1.086.940</u>	<u>582.890</u>

Foi identificada a importância de R\$ 1.104.873 (R\$ 582.890 em 2015) recebida a título de gratuidades recebidas e trabalho voluntário, sendo este valor apurado, como dito acima, conforme a média normalmente aceita pelo mercado. Os serviços gratuitos compreendem, em sua maioria, participações dadas, serviços de auditoria e honorários advocatícios.

Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em reais, exceto quando indicado

(i) A contabilidade do trabalho voluntário baseou-se no número de participações nos eventos realizados pelo CEBRI. Ao longo de 2016 foram realizados 52 eventos (49 em 2015), totalizando 800 participações (339 em 2015), as quais foram divididas pela origem de quem as ministrou, entre professores 557 participações (265 em 2015), ministros de estado 22 participações (3 em 2015), embaixadores 104 participações (46 em 2015) e C.E.O, 109 participações (29 em 2015) e 8 estagiários voluntários (em 2015 não houve). Os valores atribuídos à categoria ficaram estabelecidos da seguinte maneira R\$ 501 (R\$ 589 em 2015) para professores, totalizando R\$ 279.232 (R\$ 156.210 em 2015) para ministros de estado, CEO's, embaixadores R\$ 1.556 (R\$ 1.556 em 2015), totalizando R\$365.660 (R\$115.144 em 2015) e estagiários voluntários R\$32.293 (em 2015 não houve).

Em busca de uma melhor prática e transparência, a metodologia aplicada para mensurar o custo da participação dos voluntários vem sendo aprimorada a cada ano, desde a sua implementação em 2011. A atuação dos membros dos conselhos, CEO e ministros foi baseada na tabela do IBGC – Categoria conselho de Administração, e a dos professores, na tabela da Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior – Proifes – Categoria magistério superior com doutorado

(ii) Atribuímos, também, os valores de R\$ 86.000 (R\$ 77.469 em 2015) para os serviços de auditoria, com base na proposta apresentada.

(iii) Em relação aos serviços de advocacia, foram consideradas 9 consultas concedidas ao longo do ano de 2016 (5 em 2015) totalizando R\$ 64.968 (2015 – R\$ 34.900) para os serviços de consultoria jurídica. Levou-se em consideração a tabela de honorários da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, assim como em 2015.

(iv) No âmbito da parceria entre o CEBRI e a Associação Comercial do Rio de Janeiro – ACRIO, também locatário do imóvel alugado pela Entidade, foi concedida a isenção do aluguel pelo período de 12 meses, a partir de março de 2016. Ou seja, no ano de 2016, o CEBRI não pagou aluguel de março a dezembro, o que gerou uma economia mensal de R\$ 7.206,95, anual de R\$ 72.070

Nenhum dos valores acima teve o desembolso de caixa correspondente, tendo sido reconhecidos, em 2016 e 2015, como receita e despesa operacional na demonstração do resultado, em montantes iguais, sem efeito no déficit do exercício.

Ressaltamos ainda, que nenhum dos membros do Conselho Curador e da administração recebe honorários por vedação expressa no estatuto da Entidade.

* * *